

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.508.963 - SP (2019/0146511-6)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
PROCURADORES : RAFAEL AUGUSTO FREIRE FRANCO - SP200273
RICARDO GOUVEA GUASCO - SP248619
AGRAVADO : DANIEL FARNEZE ANDRASI
ADVOGADO : ADILSON NUNES DE LIRA - SP182731
AGRAVADO : MARIA FRANCISCA ANDRASI
ADVOGADO : MAURO FERNANDES - SP099167

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO DIRETA. Incorporação de área para implantação do 'Rodoanel Metropolitano de São Paulo - Trecho Norte'. Valor indenizatório adequadamente apurado em laudo pericial. JUROS COMPENSATÓRIOS. Incidência apenas sobre a parcela cujo levantamento não pode ser autorizado judicialmente Art. 33, § 2º, Decreto-Lei 3.365/41 JUROS MORATÓRIOS. Inaplicabilidade sobre a condenação principal, consoante bem decidido. Inexistência de mora do expropriante quanto à indenização. Recurso do DER desprovido e parcialmente provido o recurso adesivo da expropriada" (fl. 893e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, por ambas as partes, tendo sido rejeitados os do DER e acolhidos os do particular, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Expropriada. Omissão. Ocorrência. Embargos acolhidos tão somente para sanar a omissão apontada, sem efeitos modificativos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Expropriante. Inexistência dos vícios elencados no artigo 1.022 do Código de Processo Civil. Nítido caráter infringente do recurso que desborda de sua função integrativa. Prequestionamento. Desnecessária referência expressa a artigos de lei, bastando que a matéria debatida tenha sido examinada, conforme jurisprudência consolidada do C. STJ e STF, que admitem o prequestionamento implícito.

Embargos do expropriante rejeitados e acolhidos os embargos da expropriada tão somente para sanar a omissão apontada, sem efeitos modificativos" (fl. 916e).

O Tribunal de origem **negou seguimento** ao Recurso Especial, com base no art. 1.030, I, **b**, do CPC/2015, por entender que, no que concerne à inaplicabilidade da Lei nº 11.960/09 às ações expropriatórias, o acórdão recorrido estaria em consonância com o REsp nº 1.495.146/MG (fl. 1.001e). Quanto à irresignação relativa às custas processuais e demais pontos, **inadmitiu o Recurso Especial**, sob o fundamento de que não houve desrespeito à legislação indicada e da incidência do óbice da Súmula 7/STJ.

Contra essa decisão, foi interposto Agravo em Recurso Especial (fls. 1.007/1.013e).

Contraminuta a fls. 1.029/1.044e.

A irresignação não ultrapassa a admissibilidade.

Inicialmente, cabe observar que, nos termos do art. 1.042, **caput**, do CPC/2015, da decisão que nega seguimento ao Recurso Especial, fundada na aplicação de entendimento firmado em julgamento de recursos repetitivos, **não cabe Agravo em Recurso Especial**, mas sim Agravo interno ao próprio Tribunal, de acordo com o art. 1.030, § 2º, do mesmo diploma processual.

Logo, a questão referente à inaplicabilidade da Lei nº 11.960/09 às ações expropriatórias somente poderia vir a ser discutida mediante a interposição de Agravo interno, razão pela qual se encontram fora de alcance do presente Agravo, ainda que tivessem sido objeto de irresignação, o que não verifica, **in casu**.

Quanto ao mais, conforme relatado, tem-se que o Recurso Especial restou inadmitido em decorrência da ausência de desrespeito à legislação indicada e da incidência do óbice da Súmula 7/STJ.

O recorrente, no entanto, no Agravo, não cuidou de impugnar especificadamente a decisão quanto à incidência da Súmula 7/STJ, no que diz respeito às custas processuais, limitando-se a afirmar que "a dúvida jurídica de quais variáveis econômicas afetam a avaliação imobiliária na medida que afetam a definição de justo preço. Ou seja, a questão controversa é meramente jurídica" (fl. 1012e).

Com efeito, "não basta a assertiva genérica de que é desnecessária a análise de prova, ainda que seja feita breve menção à tese sustentada. É imprescindível o cotejo entre o acórdão combatido e a argumentação trazida no recurso especial que pudesse justificar o afastamento do citado óbice processual" (STJ, AgInt no AREsp 1.067.725/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/10/2017).

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO

EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. **IMPUGNAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 182 DO STJ. INCIDÊNCIA.** ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. O Plenário do STJ decidiu que 'aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça' (Enunciado Administrativo n. 2).

2. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte de Justiça, o agravante deve infirmar, nas razões do regimental, todos os fundamentos da decisão impugnada, sejam eles autônomos ou não, sob pena de não ser conhecido o seu recurso, a teor do disposto na Súmula 182 do STJ.

3. Hipótese em que o recorrente não se desincumbiu do ônus de impugnar, de forma clara e específica, todos motivos da decisão ora agravada, limitando-se a alegar, genericamente, ofensa ao art. 535 do CPC/1973, sem explicitar os pontos em que teria sido omissa o acórdão recorrido, em flagrante desrespeito ao princípio da dialeticidade.

4. **No tocante à incidência da Súmula 7 do STJ, a mera referência a julgados desta Corte favoráveis à reavaliação do conjunto probatório, mas sem nenhuma identidade fática com o caso em análise, não tem o condão de ilidir os fundamentos da decisão agravada.**

5. Agravamento regimental não conhecido" (STJ, AgRg no AREsp 721.539/PE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIAS, PRIMEIRA TURMA, DJe de 18/08/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVOS REGIMENTAIS. ARES. RAZÕES DE AGRAVO QUE NÃO TRATAM DOS ARGUMENTOS DA DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL. SÚMULA N. 182 DESTA CORTE SUPERIOR E ART. 544, § 4º, INC. I, CPC.

1. Não se pode conhecer do agravo regimental apresentado pelo Parquet estadual, uma vez que compete ao Ministério Público Federal a representação do Ministério Público no Superior Tribunal de Justiça nos termos da Lei Complementar n. 75/93 e da Lei n. 8.625/93.

2. No mais, trata-se, originalmente, de agravo interposto contra decisão da instância ordinária que negou admissibilidade a recurso especial com base nos seguintes argumentos: (i) inexistência de ofensa ao art. 535 do CPC e (ii) aplicação da Súmula n. 7 desta Corte Superior.

3. Nas razões de agravo (ARESP), a parte agravante não combateu todos os motivos que ensejaram a negativa de seguimento ao recurso especial (decisão agravada): afirmou-se não se pretender a análise de fatos e provas (com conseqüente não-incidência da Súmula n. 7/STJ), sem, contudo, demonstrar tal assertiva - trascrevendo, por exemplo, trechos do acórdão recorrido em que tenha sido travada a discussão do especial, para provar que não são necessários novos aportes de fatos e provas não contidos no acórdão. Combate deste tipo é genérico e não se presta como impugnação à decisão agravada.

4. Incidem, no caso, a Súmula n. 182 desta Corte Superior (por analogia), segundo a qual '[é] inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada' e o art. 544, § 4º, inc. I, segunda parte, do CPC.

5. Agravo regimental do Ministério Público estadual não conhecido. Agravo regimental do Ministério Público Federal não provido" (STJ, AgRg no AREsp 27.323/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/12/2011).

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do **decisum** contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob pena de vê-lo mantido.

Tal entendimento, inclusive, está consolidado na Súmula 182/STJ, segundo a qual o recorrente deve infirmar, especificamente, os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o Agravo que não se insurge contra todos eles.

Em face do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015 e art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, **não conheço** do Agravo.

I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora